

CONTRATO

“AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DO OBSERVATÓRIO DO MAR”

Processo n.º 2020/300.10.005/605

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de aquisição de serviços; -----

Entre: -----

O Município de Sines, representado por **Fernando Ramos**, na qualidade de vice-presidente da Câmara Municipal de Sines, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, nº21 A – 7520-159 Sines, no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente datado de 31/10/2018, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12.09, como **primeiro outorgante**;-----

e, -----

Arqueohoje – Conservação e Restauro Património Monumental, Lda, com o número de identificação fiscal 503 396 435, com sede em Viseu, neste ato representado pelo senhor **Luis Filipe Coutinho Lopes Gomes**, na qualidade de representante legal, qualificação e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 1424-8213-4160, subscrita a 17/12/2008 e válida até 17/12/2020, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 16/10/2020, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

PRIMEIRA

Objeto

A presente aquisição de serviços tem por objeto a “**Aquisição do serviço de acompanhamento arqueológico do Observatório do Mar**”, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base ao ajuste direto, Processo n.º 2020/300.10.005/605, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato.-----

SEGUNDA

Preço Contratual

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de € 19 860,00 (Dezanove mil, oitocentos e sessenta euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 4 567,80 (Quatro mil, quinhentos e sessenta e sete euros e oitenta centimos), o que perfaz o valor global de € 24 427,80 (Vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete euros e oitenta centimos).-----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

TERCEIRA

Prazo de Execução do Contrato

O prazo de execução é de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

QUARTA

Prestação de Caução

Encontra-se dispensada a prestação de caução.-----

QUINTA

Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

SEXTA

Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----

Nome: Ricardo Pereira, na qualidade de Técnico Superior, do Serviço de Cultura e Património Cultural;---

Telefone Móvel: 91 8809770; -----

Telefone Fixo: 269 630 600;-----

Email: rpereira@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada. -----

SÉTIMA

Prevalência

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

a) Caderno de Encargos; -----

Documento assinado digitalmente. Quando impresso, o documento constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

OITAVA

Cabimento/ Compromisso

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/07010302, cabimento n.º2896 e compromisso n.º20746.-----

NONA

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

DÉCIMA

Disposições Finais

No aqui omisso aplicar-se-ão as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt, advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 09/07/2020 e válida por quatro meses. -----
- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Viseu, a 03/09/2020, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Sines, a 20 de outubro de 2020.

O Primeiro Outorgante
O Vice-presidente da Câmara

O Segundo Outorgante

N.º de Registo: MGD 18157/ 2020